

**Pacote de Milei decreta emergência, muda eleições e endurece segurança**

# Novo pacote muda eleições e limita atos

Em dia de protestos, presidente Javier Milei enviou projeto que decreta emergência até 2025 e altera leis eleitoral e penal



Ato convocado por centrais sindicais ocorreu em frente à sede do Poder Judiciário, na capital

O novo presidente da Argentina, Javier Milei, entregou ontem um conjunto de medidas ao Congresso. O projeto, denominado Lei de Bases e Pontos para Liberdade dos Argentinos ou "Lei Ônibus", conta com 664 artigos e complementa o megadecreto anunciado na semana passada. As novas ações incluem estado de emergência até 2025 e mudanças nas legislações eleitoral e penal do país.

O estado de emergência vale para "temas econômicos, financeiros, fiscais, de seguridade social, segurança, defesa, tarifas, energia, saúde, administrativos e sociais até 31 de dezembro de 2025", podendo ser prorrogado por até dois anos.

Dentre as medidas previstas, estão privatizações de estatais, o fim das eleições primárias, a adoção do voto distrital para eleição de deputados e mais restrições a protestos (veja abaixo). O governo já havia anunciado, na semana passada, medidas para conter as manifestações contra as primeiras decisões de Milei.

**As medidas anunciadas ontem**

- **Fim das eleições primárias** – Extingue as Paso – sigla para "primárias abertas, simultâneas e obrigatórias". Criadas em 2009 e disputadas desde 2011, essas eleições eram utilizadas para indicar aos partidos quem deveriam ser os candidatos a cargos eletivos nacionais. O governo Milei diz que tenta devolver a liberdade às legendas e poupar os contribuintes de financiarem uma parte da atividade política que é de interesse privado.
- **Voto distrital** – O pacote propõe alterar a forma de escolher os deputados. A ideia é adotar voto distrital, em substituição ao sistema atual, de lista fechada. "O sistema eleitoral de lista fechada beneficia apenas aqueles que têm o poder de determinar a composição das listas, em vez de dar poder aos cidadãos. O sistema de eleitorado de membro único visa resolver essa dissociação entre os interesses do político e do cidadão", argumenta o texto.

O anúncio de ontem aconteceu em meio a um novo ato em Buenos Aires. Convocada por centrais sindicais, a manifestação ocorreu em frente à sede do Poder Judiciário.

Aos gritos de "a pátria não se vende" e agitando bandeiras argentinas, os manifestantes apoiam uma ação coletiva ajuizada contra o megadecreto de Milei, que limita o direito de greve, reduz benefícios nos casos de demissão sem justa causa e revoga regulações sobre diversos segmentos, como planos de saúde e aluguel, entre outros.

**Consulta**

Na noite de terça-feira, Milei afirmou que pode convocar um plebiscito caso o Congresso rejeite o megadecreto.

– Quero que me expliquem por que o Congresso se coloca contrário a algo que faz bem para as pessoas. As pessoas já entenderam bem, o megadecreto tem mais de 70% de aprovação – afirmou.

A imprensa argentina, porém, vem mostrando questionamentos sobre a viabilidade de uma consulta pública nesses moldes. A primeira dúvida é de ordem constitucional, já que o presidente não poderia submeter a votação popular um pacote com mais de cem medidas.

A segunda é de ordem prática, já que só o Congresso pode convocar plebiscitos de caráter vinculante, ou seja, que viram lei automaticamente. No caso de plebiscito proposto pelo presidente, mesmo que seja aprovado, o texto ainda precisaria passar pelos legisladores para virar lei.

Esta semana, o governo também anunciou que vai dispensar até 7 mil servidores públicos, cujos contratos temporários vencem no dia 31 e não serão renovados. O Executivo, que já determinou o fim do regime de trabalho em home office, também estuda congelamento salarial e até redução nos vencimentos do funcionalismo.

- **Manifestações** – Aumenta a pena por participar de um piquete para até três anos e seis meses de prisão e para até quatro anos se houver danos. Para os líderes de piquetes que forçarem terceiros a participar sob a ameaça de lhes retirarem os subsídios, a pena pode ser de até seis anos. A lei também estabelece que as manifestações devem ser notificadas "ao Ministério de Segurança da Nação com pelo menos 48 horas de antecedência" e agrava as penalidades para o crime de resistência à autoridade e amplia a figura da legítima defesa. Também pune a restrição à circulação.
- **Privatizações** – Prevê a privatização de 41 empresas públicas, incluindo a Aerolíneas Argentinas, o Banco de la Nación e a petrolífera YPF.
- **Educação** – Também estabelece um exame obrigatório para todos os alunos que concluem o ensino médio.

## Fluxo de turistas no RS aumenta apesar da crise

RAFAEL VIGNA  
rafael.vigna@zerohora.com.br

Enquanto Buenos Aires enfrenta protestos, a expectativa do lado de cá do Rio Uruguai segue aquecida pela passagem dos hermanos pelo Estado em direção ao Litoral. E, a julgar pelos dados das duas principais rotas gaúchas, o período não deverá registrar grandes perdas.

Vice-presidente-executiva da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI), Gladys Vinci comenta que, em Uruguiana, na Fronteira Oeste – onde fica uma das duas pontes que unem os países –, a percepção ainda é de movimento abaixo do convencional. Segundo ela, o atual cenário deverá influenciar negativamente o trânsito de imigração. Os números, porém, dizem o contrário: o ingresso de ônibus argentinos no Brasil aumentou 85% nos primeiros 11 meses do ano – de 2.244 em 2022 (736 de turismo e 1.508 regulares) para 4.156 em 2023 (1.830 de turismo e 2.326 regulares).

Na outra, em São Borja, o gerente comercial da Mercovia – empresa concessionária que administra o Centro Unificado de Fronteira (CUF) –, Alcír Jordani, informa que nos primeiros 27 dias de dezembro houve elevação de 12,7% na entrada de turistas argentinos.

**Movimento nos hotéis**

- Proprietário de dois hotéis em São Borja, Celso Lopes constata diminuição equivalente a um terço das reservas em relação ao ano passado. Ele relata, no entanto, que desde o dia 20, houve acréscimo na demanda, via agências de turismo. – Isso está relacionado com a eleição e a posse do novo presidente. As medidas desvalorizaram o peso (*moeda oficial argentina*), o que gera insegurança. Ainda assim, sempre tem pessoas de maior renda que não vão deixar de vir, inclusive muitos possuem imóveis próprios em Santa Catarina – diz.
- Lopes argumenta que as praias do RS e de SC "são a paixão dos argentinos". Quando comparadas com os destinos do Uruguai (Punta del Este, por exemplo) os preços por aqui tendem a ser mais competitivos.

Até o momento, passaram pela ponte 10.370 turistas do país vizinho. No ano passado, em igual período eram 9,2 mil. Mas ele informa: o movimento tende a aumentar após a virada do ano, chegando ao ápice nos dias 13 e 14 de janeiro.

**Recorde**

De acordo com o último levantamento realizado pelo Ministério das Relações Exteriores, em julho, este ano já havia batido todos os recordes, tanto de ingresso de turistas estrangeiros no país quanto em gastos. Até a virada do primeiro semestre, os dados revelam crescimento de 108% na comparação com os seis meses iniciais de 2022.

Foram 2,97 milhões de visitantes, a maior parte argentinos (cerca de 40% ou 1,2 milhão). No acumulado do período, o fluxo adicional de pessoas foi responsável por injetar US\$ 2,721 bilhões na economia do país, o que equivale a elevação de 36% sobre o montante verificado no ano anterior.

O RS é a segunda porta de chegada para os viajantes internacionais, atrás de São Paulo e à frente de Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. A explicação passa pela fronteira com a Argentina e o fluxo no veraneio.

- – E lá a água é fria, por isso acreditamos em uma boa temporada – sustenta Lopes.
- Um dos estabelecimentos de Lopes, o Executivo Park Hotel, localizado no trevo de acesso de São Borja, próximo à Ponte Internacional, é o que mais recebe os argentinos em trânsito.
- Este ano, ele destaca o aumento de brasileiros com destino à Argentina, apesar da elevação dos preços.
- Uma cerveja Quilmes, para se ter uma ideia, que, antes das medidas de Milei, custava 1,7 mil pesos, hoje sai por 3 mil, conta Lopes. O valor equivalente em reais, entretanto, depende do câmbio local, onde é possível encontrar variações entre 160 pesos e 200 pesos para cada R\$ 1, oscilação de até 25% entre o mais baixo e o mais alto.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Página:** 10